

COMITÊ DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Ata da 35ª reunião ordinária, realizada em 21 de outubro de 2014

Em 21 de outubro de 2014, o Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo promoveu sua 35ª reunião ordinária, realizada na Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz – UMAPAZ, situada na Av. Quarto Centenário, 1268 - Parque Ibirapuera - Portão 7A - São Paulo – SP, às 09:30 h.

A Pauta prevista foi a seguinte:

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 34ª reunião ordinária, realizada em 16 de setembro de 2014
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Apresentação da Experiência Acumulada do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo desde sua criação até agora, por Volf Steinbaum, Secretário Executivo no período 2009 - 1012
- Apresentação da Experiência Acumulada pelo C40, por seu antigo Diretor, Adalberto Maluf
- Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

Dando início à reunião, **Laura Ceneviva**, Secretária Executiva do Comitê, informou aos membros que neste dia não seria possível contarmos com a presença do Secretário Wanderley Meira do Nascimento, nem da presença do Secretário Adjunto Ricardo Brandão Figueiredo, pois eles estavam participando,

no mesmo momento, do lançamento, junto com o Prefeito Fernando Haddad, do Programa de Educação Ambiental '**São Paulo Mais Verde**', junto com César Callegari, Secretário Municipal de Educação. O evento aconteceu no Centro Educacional Unificado (CEU) Jardim Paulistano, zona norte.

Passando ao primeiro item da Pauta, **Laura Ceneviva** lembrou que, na convocação para esta reunião, tinha enviado a Ata da 33ª reunião com a correção aprovada na 34ª reunião. Esclareceu que enviou a Ata da 34ª reunião ordinária, realizada em 16 de setembro de 2014, em modo extenso, em função da variedade dos assuntos debatidos. Não havendo reparos a fazer, a Ata foi considerada aprovada.

Antes de passar ao segundo item da Pauta, **Laura** esclareceu que nesta reunião, havia a presença de representantes dos membros designados pelas instituições para o Comitê, a saber: Bruna Cerqueira, pelo ICLEI, Wilson de Carvalho, por SME, Suzete Taborda, por SEHAB, e Diogo Vasconcelos, por SF.

Iniciando os Informes, **Bruna Cerqueira**, do ICLEI, informou que sua associação realizará a Jornada Nacional sobre Cidades e Mudanças Climáticas, em Belo Horizonte, entre os dias 12 e 14 de novembro, junto com a reunião do CB27, grupo formado pelos 27 Secretários de Meio Ambiente das capitais brasileiras. O objetivo desse evento é discutir as políticas municipais de mudanças climáticas relacionadas à mitigação e adaptação junto com o governo federal. Haverá a presença do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores. A presença do Secretário Wanderley Meira do Nascimento, de São Paulo, já está confirmada. O segundo informe é com relação ao que está sendo preparado para a COP 20, de Mudanças Climáticas, que ocorrerá em Lima, no Peru, neste final de ano, em relação às cidades. Nela, o ICLEI é o ponto focal dos governos locais e autoridades municipais junto à Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Está sendo preparada uma delegação para ir à COP esse ano em representação às cidades, e endereçou convite ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. A intenção é montar uma delegação de alto nível para acompanhar as discussões, e chegar a 2015 com uma decisão específica sobre um plano de ação de 10 anos, para governos locais e subnacionais, similar à COP de Biodiversidade. Por fim, colaborando com o tema de recuperação da memória, pauta do dia, mostrou uma publicação da Campanha Cidades pela Proteção do Clima, elaborada no âmbito do Programa Ambientes Verdes Saudáveis – PAVS, para conhecimento dos membros do Comitê.

Patrícia Sepe, representante de SMDU, informou que foram iniciadas, sob coordenação da SMDU, as oficinas regionais participativas para revisão do zoneamento, que serão realizadas até 6 de dezembro. Convidou a todos para delas participar, indicando o site da Prefeitura e o site Gestão Urbana para informar a agenda das reuniões, organizadas por subprefeituras. Destacou a importância da participação da sociedade civil e até de outros órgãos do governo, pois a discussão é a discussão do bairro, da rua, da zona de uso, das permissões e proibições. A perspectiva é que a lei de zoneamento entre na Câmara a partir do começo do ano que vem.

Laura informou a discussão que a Rede Nossa São Paulo, junto com a frente parlamentar suprapartidária de mudanças climáticas, realizará acerca da situação da

Política Municipal de Mudança do Clima. Registrou ainda a presença da colega Maria Elisa Ouro Preto, da Agência Nacional do Petróleo. Outro informe foi acerca da revisão do decreto organizacional do Comitê, solicitando que quem tiver sugestão ou comentário que os envie. Observou que foi feito um levantamento das presenças nas reuniões, tipos de pautas objetivando obter subsídio para aperfeiçoamento do Comitê.

Inexistindo sugestões para inclusão na pauta do dia, foi dado início à Ordem do Dia, a Apresentação da Experiência Acumulada do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo desde sua criação até agora, por **Volf Steinbaum**, Secretário Executivo no período 2009 – 2012. Volf Steinbaum foi o Secretário Executivo do Comitê no período de 2009 a 2012, tendo realizado todo o processo inicial de sua construção, criação e operação. Ele aceitou compartilhar sua experiência, que além de ser de interesse geral foi uma demanda de alguns membros do Comitê. Laura agradeceu a Volf pedindo e recebendo autorização para transmitir o e-mail dele aos membros do Comitê (volfs@sp.gov.br). Anexa a esta Ata, está a apresentação.

Em seguida, foi dada a palavra a **Adalberto Maluf**, para apresentar a experiência acumulada pelo C40, associação internacional de cidades da qual foi diretor. Ele foi, também, além de colega na PMSP, diretor da Fundação Clinton, estando hoje trabalhando na BYT, grande produtora mundial de baterias de origem chinesa. Anexa a esta Ata está a apresentação realizada.

Abrindo a rodada de perguntas, **Ronaldo Tonobohn** fez uso da palavra. SMT está coordenando, com a participação de várias secretarias do Município e apoio do IEMA - Instituto de Energia e Meio Ambiente, a execução do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, e quando terminar primeira fase gostaria de fazer uma apresentação no Comitê. Fez convite para o envio de sugestões ao Plano de Mobilidade. Apontou outras questões: a discussão acerca dos meios de transportes alternativos, como a bicicleta, veículos elétricos, a desconfiança gerada, por exemplo, com relação ao abastecimento com álcool, etc.. Informou que pretendem fazer uma experiência com *car share*, à semelhança da *bike share*, ou bicicletas públicas, mas utilizando veículos elétricos. Solicitou a todos que enviassem suas sugestões e convidou Adalberto Maluf e o C40 para enviarem suas sugestões e contribuições.

Volf Steinbaum compartilhou suas reflexões, lembrando o PUB - Plano Urbanístico Básico de São Paulo, de 1968, o qual previa a construção de 840 Km de via expressas rasgando a cidade de São Paulo. Até hoje há essa idéia de crescimento. Há que se mudar este tipo de crescimento in para um crescimento out. Não é ser marxista, pois Marx sonhava em cidades pequenas, como modelo de crescimento de economia. Não é possível que uma cidade do caráter metropolitano como São Paulo continue crescendo, se expandindo territorialmente. Não há mais capacidade operacional de se buscar infinitamente. E não é só a cidade de São Paulo que vai resolver esse problema. Isso é uma atitude que tem que ser política de estado. Política de estado compreende a União, os Estados e os Municípios. Política de estado não é política de governo. Portanto, é uma questão praticamente constitucional.

Como crescer? Como continuar crescendo? Será que teremos suportes para atender isso? Quer dizer, em todo momento se fala carro elétrico, ou outras coisas, procurando encontrar o remédio para a ferida local. A grande ferida não está sendo resolvida. Temos que buscar um modelo de sustentabilidade do aglomerado urbano, que é, sobretudo, a desconcentração urbana. Tanto *in* como *out*. Dentro da cidade há muitas formas de crescimento, que têm que ser por bacias. Uma forma mais adequada deve ser buscada, através de modelagem econômica de crescimento para facilitar a desconcentração urbana.

Laura perguntou a Adalberto se, no caso da discussão do Parque da Cidade com a Prefeitura e na avaliação dos táxis elétricos foram gerados relatórios formais, processos da Prefeitura.

Adalberto Maluf esclareceu que de táxi elétrico foram feitos relatórios pelos parceiros. Apontou que há um relatório feito pela Eletropaulo, outro da Itaipu, que na verdade foi um trabalho em paralelo que dialogava com esse projeto. E a CPFL fez um grande estudo junto com a Renault, também em função dos táxis aqui de São Paulo. Dispôs-se a compartilhar esses relatórios, mas tinha a impressão de que nenhum deles interagiu com o Poder Público propriamente. Em relação ao Parque da Cidade, o objetivo do Climate Positive era usar esses grandes empreendimentos para poder apreender e vislumbrar oportunidades e melhoria das políticas públicas. Uma delas foi da Lei de Pólo Gerador de Tráfego, de possíveis melhorias que seriam a utilização do recurso em prol do transporte público. Não teve nenhum relatório, nada que apontasse como se fosse uma sugestão ao Poder Público. Registrou seu entendimento de que vale a pena positivar isso na legislação, de modo a que a legislação de pólos geradores de tráfego incluam investimentos em transporte público e não motorizado. Além disso, o decreto existente não é muito claro no que é o custo da obra. Porque a lei diz que a compensação corresponde a 5% do custo da obra, mas não diz quais itens comporão o custo da obra, não diz se inclui o terreno, a limpeza do terreno, inclui isso, não inclui isso, é o custo disso, é o custo daquilo. Então existia muita margem de cálculo. Inclusive lembrou que, no passado, isso foi um foco de problemas de licenciamento. Mas eu acho que seria interessante se pudesse revisar a lei e de alguma maneira garantir com que essas novas diretrizes ficassem ali. Em relação ao Parque da Cidade e a C40, ele é um candidato ao Climate Positive e, para ele ser aprovado, precisava ter assumido compromissos e provar que ele era muito melhor nos sistemas energéticos de resíduo e mobilidade. Ele fez um *road map*, que foi aceito pela C40. Teve duas etapas de sugestões. Ele está pronto para receber a certificação do Climate Positive. Hoje ele aguarda só a conversa com a Prefeitura, porque um dos requerimentos é que ele tenha uma carta de consentimento, ou uma carta de apoio da Prefeitura, de que aquelas diretrizes fazem parte dos objetivos da cidade. Então acho que a fase atual do Parque da Cidade é no aguardo da manifestação da Prefeitura para esse projeto poder ser aprovado.

Laura pediu mais esclarecimentos com relação ao ônibus e ao carro elétrico e seus sistemas de abastecimento.

Adalberto Maluf disse que a questão do abastecimento foi discutida. Mas hoje o foco, o objetivo da mobilidade elétrica das grandes cidades é em ônibus e táxi, porque é muito mais fácil. Numa garagem de ônibus você vai por dois, três adaptadores de carregamento. Hoje a tecnologia evoluiu. Os inversores, que são os equipamentos que fazem a conversão de AC para DC, corrente contínua para alternada, já estão dentro dos veículos. Então você não precisa mais infraestrutura de carregamento. Hoje são pequenos adaptadores nas garagens. Por isso que as grandes cidades focaram, primeiro, no táxi e no ônibus, porque é o que está na competência municipal, reduz custos, reduz impacto na saúde pública e é mais fácil gerir. Já para o usuário convencional, para as estações de carregamento, aí, sim, a prefeitura tem que pensar. Primeiro o Brasil adotou o padrão europeu. Ótimo. Mas os *plug-ins* dos carregadores das diversas marcas precisam de padronização que o poder público tem que fomentar. Nos Estados Unidos e na Europa quem fez foi o Poder Público. Tem que chamar todo mundo e estabelecer padrões e exigências, por exemplo, tem que ser por *software* aberto. Tem que ter um protocolo aberto que todo mundo vai ter que usar esse mesmo carregador. Todo mundo vai ter que criar essa infraestrutura. São áreas públicas. Então aqui vai poder ter carregamento rápido. Leis que obrigam shoppings, grandes consumidores, tal, tal, a ter estacionamento prioritário, ter estação de carregamento. Então tem muitas coisas legislativas que precisam vir do Poder Público também.

Lilian Sarrouf, representante do Sinduscon, solicitou a Adalberto a minuta do programa municipal de eficiência energética, do uso racional da água, para divulgar nesta nova formação do Comitê.

Adalberto Maluf disse que era uma minuta de decreto, simples, mas já constava lá o que ia ser feito, das escolas, dos próprios públicos, tal, tal, tal. Tinha várias idéias similares ao Procel. Questionou também a retomada de programas voluntários no setor privado.

Ana Carolina Antunes Isfer fez o informe de que o prefeito Fernando Haddad sancionou uma lei relativamente a carros elétricos e devolução do IPTU. Isto porque há transferência feita pelo Governo do Estado relativa ao IPVA. Então relativamente a carros elétricos com valores iguais ou inferiores a 150 mil reais, esse valor de IPVA será devolvido através da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Foi sancionada a lei e está sendo preparado um decreto para operacionalizar sua execução.

Laura agradeceu a Volf e Adalberto e passou ao último ponto da pauta de hoje, as gestões de inclusão na pauta das próximas reuniões, lembrando que o Ronaldo Tonobohn já fez uma.

Nelson Figueira Junior, representante da Secretaria Municipal de Saúde, informou que foi feito um estudo pelo Centro de Informação da SMS, no ano passado, relacionando ondas de calor e mortalidade no município de São Paulo. É importante inclusive em função da situação de emergência hídrica, correlacionado a esses fatores, o que torna mais complexa essa relação de baixa umidade, período de estiagem e temperatura extrema. Então geralmente esses estudos são feitos na academia. Esse foi feito por uma equipe municipal de saúde que trabalha com a informação. Entendeu importante que ele seja valorizado, propondo que ele seja apresentado no Comitê para o debate.

Patrícia Sepe apontou que o novo Plano Diretor criou de novo a zona rural no município e, nela, há vários planos que demandam discussão: Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, Plano Municipal da Mata Atlântica e o Plano Municipal de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais. Lembrou que tinha um grupo de biodiversidade, Ângela, dentro do comitê. Há um esforço institucional entre Prefeitura e SOS Mata Atlântica para fazer o Plano Municipal de Mata Atlântica, que também é um plano superimportante para a discussão da biodiversidade. O pessoal do SOS fez uma apresentação no CADES, no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Neste momento, há uma discussão jurídica, tanto no SOS quanto na SVMA. No entanto, sugeriu a apresentação disso como pauta, porque assim se vai abrindo o leque, saúde, energia, biodiversidade. Outra idéia é a apresentação do Plano de Chuvas, coordenada pelo Ronaldo Malheiros. Isso possibilitará a discussão de transformar em um plano de resiliência. Vinculando emergências, já que teve a discussão de episódios de seca, episódios de ilha de calor, o quanto isso aumenta, tudo isso está dentro do plano de contingências para questões de risco.

Beloyanis Monteiro: Apresentou-se em nome do SOS Mata Atlântica e da Rede Nossa São Paulo. Informou que não sabia a data do evento apontado no início da reunião por Laura. Trouxeram outro dia uma proposta de criação de um GT no CADES. Seria interessante ter uma representação deste Comitê nesse processo do Plano Municipal de Mata Atlântica, que entende que casa com tudo que foi discutido aqui. Informou que a Rede Nossa São Paulo promoveu um seminário sobre o assunto de mudança do clima e que têm grande interesse no processo de sua retomada pela PMSP.

Laura informou que ampliou o leque de divulgação das reuniões do Comitê.

Ângela Branco, da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, lembrando que coordenou o GT Saúde, do Comitê, e que, nele, foi apreciado o Plano Municipal de Ações Estratégicas Pela Biodiversidade, depois levado para o GT Uso do Solo. Então sugeriu a criação de um GT Biodiversidade no Comitê do Clima, pois eles sentiam falta de uma discussão mais diretamente ligada a biodiversidade, que vai ao encontro do plano, que agora vai ser elaborado, de proteção da Mata Atlântica.

Laura agradeceu a Ângela e lembrou que os Grupos de Trabalho são um dos problemas que as atividades do Comitê geraram e que precisam ser equacionados. O problema é que eles foram criados na lei, fazendo com que seja necessário mudar a lei. De toda forma, não precisamos nos prender só àqueles que estão na lei. A Susete, que está presente aqui hoje representando a SEHAB, já pediu essa ativação dos grupos. Então estamos pensando como fazer e como tentar resolver.

Volf Steinbaum lembrou que no IAG da Universidade de São Paulo existe um grupo que trabalha sobre questão de chuvas e tem plenamente um domínio extraordinário. E são pesquisadores ali, num cantinho trabalhando, e vêm fazendo um trabalho que é ópera prima. Eu sugeria que convidassem para fazer uma apresentação do que há de novo nessa questão, sobretudo, seus impactos na vida urbana. A questão da saúde também precisa ser destacada, pois há impactos neste momento de evento extremo do clima em São Paulo, sobretudo entre a primeira infância e os idosos.

Bruna Cerqueira perguntou se a Prefeitura de São Paulo faz parte da campanha Minha Cidade Está se Preparando, de Cidades Resilientes.

Laura não dispunha da informação, mas achava que não, lembrando que o Ronaldo Malheiros, da Defesa Civil, será a pessoa melhor para responder. Após, encerrou a reunião, agradecendo a todos pela presença, particularmente ao Volf Steinbaum, da Cetesb, ao Adalberto Maluf, da BYD, à representante da Agência Nacional do Petróleo, e aos representantes de outras instituições, como o SOS Mata Atlântica, como os CADES Regionais, e todos os demais interessados.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- **Lilian Sarrouf / Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON-SP**
- **Mônica de São Thiago Lopes / Secretaria Municipal Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB**
- **Nelson Figueira Junior / Secretaria Municipal da Saúde – SMS**
- **Patrícia Marra Sepe / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU**
- **Ronaldo Tonobohn / Secretaria Municipal de Transportes - SMT**
- **Tania Ferreira / Secretaria de Estado de Energia**



MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Bruna Cerqueira / **Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais – ICLEI**
- Diogo de Túlio Vasconcelos / **Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico**
- Susete Taborda, representando Marco Antonio Biasi / **Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB**
- Wilson de Carvalho Jr / **Secretaria Municipal de Educação - SME**

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo